

Especifica os requisitos técnicos, formais e prazos para envio de informações do sistema informatizado de controle aduaneiro de recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto anexo I da Portaria RFB 490, de 14 de março de 2019, no inciso II do art. 7 e inciso II do art. 50 da Instrução Normativa nº 241, de 6 de novembro de 2002, § 2º artigo 2 da Instrução Normativa SRF 114, de 31 de dezembro de 2001.

Art. 1º Os controles informatizados e o registro das operações de entrada e saída de pessoas e veículos, movimentação de carga e armazenamento de mercadorias em recintos alfandegados, áreas alfandegadas ou recintos autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro, inclusive graneis, obedecerão às disposições deste Ato.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também a administradores portuários, aeroportuários assim como aos Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex).

Art. 2º Os eventos de que tratam os controles estabelecidos neste ato deverão ser informados em módulo próprio do Siscomex na forma e periodicidade estabelecida.

Art. 3º O registro de entrada, saída e movimentação de pessoas, veículos, cargas e mercadorias nos locais mencionados no art. 1º deverão ser executados simultaneamente à realização dos correspondentes movimentos.

§ 1º Na hipótese de mercadorias a granel, o registro de que trata o caput deverá ser realizado logo após a sua quantificação, se esta ocorrer após a entrega física da carga.

§ 2º Considera-se omissão de informação o registro posterior à saída de pessoa, veículo ou carga do recinto, ou à sua entrada

Art. 4º Na hipótese de falha operacional do sistema, que interrompa o envio de eventos ao Siscomex por período superior a três horas, a entrada, saída e movimentação de pessoas, veículos e mercadorias no recinto, área ou estabelecimento ficam condicionadas à prévia comunicação escrita à fiscalização da RFB.

§ 1º Na situação de que trata o caput, as operações deverão ser registradas de forma a possibilitar seu envio à RFB tão logo seja restabelecida a operacionalidade do sistema afetado.

§ 2º Na comunicação de que trata o caput deverá constar breve descrição da ocorrência e sua gravidade assim como a previsão de retomada da normalidade da operação.

Art. 5º Todas as operações de entrada ou saída de pessoas no recinto ou área deverão ser registradas mediante a prestação das informações relacionadas no **Item do Anexo Único**.

§ 1º. As pessoas habituais no recinto ou área deverão ser identificadas por reconhecimento biométrico a fim de facilitar suas entradas e saídas e o registro das informações requeridas.

§ 2º. No caso de movimentação de passageiros, o controle a que se refere o caput obedecerá às especificidades locais.

Art. 6º Todas as operações de entrada e saída de veículos terrestres no recinto ou área, a atracação ou desatracação de embarcações ou aeronaves, na hipótese de recinto com atracadouro ou pista aeronáutica próprios, serão registradas mediante prestação das informações relacionadas no **item do Anexo Único.**

Art. 7º Os veículos e conjuntos rodoviários de carga deverão ser submetidos à pesagem para aferição de sua tara, na situação em que opere carregamento ou descarga no recinto.

§ 1º A pesagem de que trata o caput poderá ser dispensada, a critério da unidade da RFB, para o veículo cuja tara já tenha sido aferida pelo recinto ou cujos dados da pesagem e número do tíquete de balança encontrem-se registrados no sistema de controle do recinto.

Art. 8º Todas as operações de entrada e saída de carga no recinto ou área, serão registradas mediante prestação das informações relacionadas no **item do Anexo Único.**

§ 1º **Os lotes de carga serão identificados e informados desde o momento de sua entrada no recinto.**

§ 2º Aos lotes de carga obtidos por desconsolidação de um lote originário, ou por consolidação de outros lotes, serão atribuídos números identificadores próprios, equiparando-se esses processos a uma entrada.

Art. 9. As operações de armazenagem, carregamento, desunitização, unitização e transferência de local de armazenagem de lotes de carga no recinto deverão ser registradas com obediência ao conteúdo de informações relacionadas nos do Anexo Único.

§ 1º O controle a que se refere este artigo distinguirá os consignatários das mercadorias depositadas e identificará a localização do lote no espaço físico do recinto.

§ 2º Serão objeto desse controle a quantidade de volumes e o respectivo peso bruto das mercadorias, observada a necessária vinculação dessas informações com a do respectivo lote de carga.

§ 3º Nas operações de entrepostamento, o registro de entrada no estoque deverá ser integrado e simultâneo ao registro de entrada e desunitização de carga no recinto, e o registro de saída do estoque deverá ser integrado, do mesmo modo, ao registro da efetiva saída de carga do recinto.

§ 4º O lote de carga desunitizada deverá receber etiqueta hábil para identificá-lo no local físico em que se encontre, que deverá informar, pelo menos, o número do lote, do documento que ampare a entrada no recinto e do container, quando houver.

Art. 11. As avarias e perdas acidentais verificadas nos recintos alfandegados, bem como os furtos ou roubos de mercadorias, deverão ser registrados no sistema de controle.

Art. 12. O depositário também deverá registrar, na forma do artigo anterior e no que couber, tendo como tipo de ocorrência "divergência", a diferença constatada entre as mercadorias efetivamente recebidas em relação às informações de quantidade ou descrição constantes do conhecimento, fatura ou nota fiscal.

Art. 13. O registro no Siscomex dos eventos a que se refere este ato deverá ser integrado e simultâneo ao registro das operações no sistema de controle informatizado do interveniente que as executar.

§ 1º. Também será objeto de envio imediato ao Siscomex, nas condições estabelecidas no Anexo, arquivo de imagem dos equipamentos de inspeção não invasiva, devidamente associado à carga/bagagem objeto de inspeção.

§ 2º. Os arquivos mencionados no § 1º deverão ser armazenados, em seu formato original e editável, pelo prazo de 24 meses.

Art. 14. As informações sobre as operações realizadas no recinto ou estabelecimento deverão ser mantidas pelo prazo de cinco anos, sendo que as informações sobre os últimos vinte e quatro meses deverão estar disponíveis para pronta consulta no sistema de controle informatizado.

Parágrafo único. O recinto ou estabelecimento deverá atualizar diariamente backup das bases de dados do sistema, que deverá ser guardado em local seguro e adequado, também com proteção contra fogo.

Art. 15. O interveniente que deixar de efetuar os registros das operações de interesse para o controle aduaneiro no Siscomex em conformidade com o disposto neste ato ficará sujeito à multa prevista no artigo 37 do DL 37/66, com redação do art.77 da lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003.

Art. 16. A prestação de informações nas condições estabelecidas neste ato dispensa o interveniente das obrigações previstas no Ato Declaratório Executivo Coana Cotec nº 02, de 26 de setembro de 2003.

Parágrafo único. A dispensa prevista no caput aplica-se às informações prestadas a partir da adesão à sistemática prevista neste Ato.

Art 17. O disposto neste ato não se aplica às operações vinculadas aos regimes aduaneiros especiais de aperfeiçoamento ativo de que trata o Ato Declaratório Executivo referido no art.15.

Art 18. O registro no Siscomex de todas os eventos relativos às operações de entrada, saída e movimentação de pessoas, veículos, cargas e mercadorias nos locais mencionados no art. 1º, na forma estabelecida neste Ato, será obrigatório no prazo de até 60 dias contados de sua publicação.

Art. 19. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.